

Rio Branco AC, 2 de fevereiro de 2024.

À

Moore Prisma Auditores Independentes

Ribeirão Preto SP

REF: CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DA CREDISIS CAPITALCREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ACRE LTDA- REFERENTE AO EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das demonstrações financeiras da *CREDISIS CAPITALCREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ACRE LTDA*, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, reconhecemos que a apresentação desta carta de responsabilidade constitui-se num procedimento de auditoria requerido pelas normas de auditoria aplicáveis no Brasil, para permitir-lhes formar uma opinião sobre se as demonstrações financeiras mencionadas acima refletem, com adequação, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das operações e os fluxos de caixa da *CREDISIS CAPITALCREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ACRE LTDA*, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por Vossas Senhorias apresentam os seguintes valores básicos em milhares de reais:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Total do ativo	<u>268.617.556</u>	<u>203.339.339</u>
Total do passivo	219.241.139	155.161.185
Total do patrimônio líquido	<u>49.376.417</u>	<u>48.178.154</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>268.617.556</u>	<u>203.339.339</u>
Sobras do período antes das destinações	<u>3.164.768</u>	<u>8.656.698</u>

Essas contas estão de acordo com os livros da Cooperativa e das demonstrações financeiras a serem transcritas no Livro Diário.

Na qualidade de administradores da Cooperativa, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das demonstrações financeiras e das notas explicativas por nós apresentadas para o exame de Vossas Senhorias. Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que ela deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, aplicados de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.

Certas informações contidas nesta carta de representação estão limitadas a assuntos que são relevantes em relação às demonstrações financeiras mencionadas. Um item é considerado relevante, independentemente de sua grandeza, quando se referir à omissão ou apresentação errônea de uma informação contábil que, se conhecida, poderia modificar ou influenciar o julgamento de qualquer pessoa ponderada, que venha a usar a informação contábil.

Nesse contexto, com base no nosso melhor entendimento e opinião, depois de terem sido feitas as indagações que consideramos necessárias para obtermos as informações apropriadas, confirmamos que:

Com relação às demonstrações financeiras e notas explicativas

- Cumprimos nossas responsabilidades, conforme definidas nos termos da contratação do trabalho de auditoria pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e, em particular, no sentido de que essas demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente em conformidade com essas práticas.

- Todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras.

- Os pressupostos significativos utilizados por nós para a elaboração de estimativas contábeis, inclusive aquelas que envolvem avaliações de componentes patrimoniais a valor justo e a valor recuperável são razoáveis. Confirmamos que as premissas utilizadas para mensuração, apresentação e divulgação dos valores justos de ativos e passivos refletem nossa intenção e nossa capacidade de executar, em nome da Cooperativa, os cursos de ação específicos que são relevantes para que essa finalidade seja alcançada.

- Confirmamos que não temos planos ou intenções que possam afetar de forma relevante o valor contábil ou a classificação dos ativos e passivos refletidos nas informações contábeis.

- Divulgamos a Vossas Senhorias a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas das quais temos conhecimento. Confirmamos que todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis e de divulgação adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

- Todos os eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2023, e até a presente data e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil exigem ajustes ou divulgações, foram adequadamente ajustados ou divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Adicionalmente, confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer eventos ocorridos até a presente data que possam afetar as demonstrações financeiras e/ou continuidade das operações da Cooperativa.

Com relação às informações fornecidas:

Nós fornecemos a Vossas Senhorias os seguintes acessos, divulgações, informações e confirmações relevantes para o processo de auditoria das demonstrações financeiras:

- Acesso a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como: registros contábeis e financeiros, documentação de suporte para as transações realizadas pela Cooperativa, e outros registros e documentos.

- Informações adicionais que Vossas Senhorias nos solicitaram para os propósitos da auditoria.

- Acesso irrestrito a pessoas dentro da Cooperativa, das quais Vossas Senhorias determinaram necessário para obter evidências apropriadas e suficientes de auditoria.

- Confirmamos que todas as alterações do Estatuto Social celebradas até esta data encontram-se devidamente arquivadas nos respectivos Órgãos competentes.

- Como resultado das nossas avaliações de risco, entendemos que as demonstrações financeiras não estão afetadas por distorções relevantes que sejam decorrentes de fraudes.

- Reconhecemos nossa responsabilidade pelo planejamento e implementação de controles internos para evitar e detectar fraudes e erros.
- Não temos conhecimento da ocorrência de eventos que possam representar fraudes ou suspeitas de fraudes que tenham afetado a Cooperativa e envolvam:
- A Administração da Cooperativa.
- Empregados com funções significativas nos sistemas de controles internos.
- Outros empregados ou pessoas externas à entidade (terceiros).
- Não temos conhecimento de informações relativas a alegações de fraudes ou suspeitas de fraudes que afetam as demonstrações financeiras da Cooperativa, que tenham sido comunicadas por empregados, antigos empregados, analistas, órgãos reguladores ou outros.
- Não temos conhecimento de casos de não conformidade ou de suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devessem ter sido considerados na elaboração das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, informamos que:

- Não temos conhecimento de que tenham ocorrido, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse da Cooperativa.
- Não temos conhecimento da ocorrência de quaisquer eventos que possam ser especificamente tipificados como infrações ou suspeitas de infrações à legislação sobre prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo (Lei 9.613/1998, alterada pela lei 12.683/2012) e à legislação anticorrupção (Lei 12.846/2013 e regulamentações subsequentes).
- Não temos conhecimento de que diretores ou empregados em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da Administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a Cooperativa tenha transações recorrentes e/ou relevantes.
- Não temos conhecimento da ocorrência de conflitos de interesses entre os Administradores e os empregados graduados da Cooperativa.
- Confirmamos que o consultor jurídico que cuida de litígios, impostos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos, a favor ou contra a Cooperativa, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência, foi devidamente circularizado.

Os consultores jurídicos são:

CM Advogados e Associados - Christopher Mariano - OAB/AC 3.604 - OAB/RO 11.071 - OAB/DF 58.985; e Analuza Frota Fernandes - OAB/SP 408.215 – OAB/AC 5626

- Também confirmamos que todas as transações com as instituições financeiras com as quais mantemos relacionamentos estão escrituradas e divulgadas nas demonstrações financeiras.
- Não temos conhecimento de quaisquer outros efeitos relevantes não registrados nas demonstrações financeiras e/ou não divulgados nas respectivas notas explicativas acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações:

- (a) Ações ou reclamações relevantes contra a Cooperativa.
- (b) Acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos.
- (c) Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos para a Cooperativa.
- (d) Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas.

- Confirmamos que avaliamos a capacidade da Cooperativa em continuar em funcionamento normal, levando em consideração todas as informações disponíveis sobre o futuro, em um período de pelo menos (mas não limitado a) 12 meses após a data de encerramento do exercício findos em 31 de dezembro de 2023. Confirmamos também que não temos conhecimento de incertezas relevantes relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Cooperativa em continuar em operação normal.

As demonstrações financeiras e/ou suas notas explicativas:

I Indicam ou registram:

- 1 Bases de avaliações dos ativos e ajustes dessas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- 2 Todas as obrigações e os passivos, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos.
- 3 Todos os compromissos firmados e informações pertinentes.
- 4 Todos os prejuízos esperados em razão de circunstâncias já conhecidas.

II Pressupõem que:

- 1 Todos os ativos são de propriedade da Cooperativa e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.
- 2 Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando esses saldos disponíveis.
- 3 As contas estão adequadamente classificadas, considerando prazos e natureza dos ativos e passivos.
- 4 Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras.
- 5 O sistema contábil e de controle interno adotado pela Cooperativa é de responsabilidade da Administração e é adequado ao seu tipo de atividade e volume de transações, assim como é adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros.
- 6 Todas as garantias dadas estão, adequadamente, divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Atenciosamente,

CREDISIS CAPITALCREDI - COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ACRE LTDA

OZIMAR
BARBOSA
VIEIRA:1720045
8104
Ozimar Barbosa Vieira
Presidente

Assinado de forma digital por OZIMAR BARBOSA
VIEIRA:17200458104
Dados: 2024.02.20 10:43:18 -03'00'

RODRIGO
CASSIANO DOS
SANTOS:851693
31215
Rodrigo Cassiano dos Santos
Contador CRC: RO009276/O-4

Assinado de forma digital por RODRIGO CASSIANO DOS SANTOS:85169331215
Dados: 2024.02.20 10:24:37 -03'00'

RTA-045-2024

**CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de
Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2023 e o relatório do auditor independente**

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente

Sumário

Relatório da administração da credisis capitalcredi - Exercício 2023	2
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Apresentação das demonstrações financeiras.....	13
3 Resumo das principais práticas contábeis	16
4 Caixa e equivalentes de caixa	20
5 Títulos e valores mobiliários.....	20
6 Relações interfinanceiras.....	21
7 Operações de crédito	21
8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	23
9 Outros ativos	23
10 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações	24
11 Depósitos	24
12 Recursos de aceite e emissão de títulos.....	24
13 Relações interfinanceiras.....	25
14 Obrigações fiscais correntes.....	25
15 Outros passivos	25
16 Passivos contingentes	26
17 Patrimônio líquido.....	27
18 Ingressos de operações de crédito	28
19 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas	28
20 Dispêndios e despesas de pessoal.....	28
21 Outros dispêndios e despesas administrativas	29
22 Outros ingressos e receitas operacionais	29
23 Outros dispêndios e despesas operacionais	29
24 Outras receitas e despesas	30
25 Resultado não recorrente	30
26 Partes relacionadas	30
27 Índice de Basileia	31
28 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos	32
29 Seguros contratados.....	33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CREDISIS CAPITALCREDI - EXERCÍCIO 2023

A CrediSIS CapitalCredi apresenta seu relatório de gestão referente ao exercício de 2023, nossa prestação de contas vem estreitar o relacionamento com o cooperado, materializando o compromisso com a transparência, eficiência e ética. Nossa cooperativa vem se destacando, dando ênfase em um dos nossos maiores diferenciais que é oferecer soluções financeiras para os nossos cooperados.

Somos comprometidos com o desenvolvimento regional e social. A CrediSIS CapitalCredi vem mostrando que o cooperativismo de crédito é uma alternativa real de ajuda mútua para superar obstáculos sociais e econômicos.

Frente à constante expansão da demanda por parte dos cooperados, em 2023, aprimoramos nossos serviços com a abertura de duas novas agências. Uma delas está estrategicamente localizada no bairro Sobral, em Rio Branco, enquanto a outra encontra-se no centro do município de Acrelândia. Essa iniciativa visa atender de maneira eficaz às crescentes necessidades de nossa comunidade cooperativista. Nossos produtos e serviços avançam, garantindo o cumprimento no cronograma e orçamentos, em cima de ações pautadas na excelência da gestão e comprometimento de todos.

O Conselho de Administração apresentou números significativos, de forma que nossas sobras brutas resultaram em R\$ 3.304.640. Em relação aos ativos totais a CrediSIS CapitalCredi atingiu R\$ 268.617.556 que equivale a um crescimento de 32,10%, em relação ao ano anterior. No tocante aos depósitos totais chegamos a R\$ 213.467.625 correspondente a um avanço de 46,87%. Nas operações de crédito fechamos o ano com a carteira na ordem de R\$ 96.564.142, com uma redução de 11,88%. Finalizamos o ano de 2023 com o capital social de R\$ 40.203.621, tendo um crescimento de 19,18%.

O principal fator que contribuiu para esses números, foram os esforços de cada colaborador, conselheiros e membros da diretoria, que certos com o propósito de cumprimento de metas e crescimento do cooperativismo, se engajaram e mais uma vez superou todas as expectativas. Buscamos sempre valorizar nossos colaboradores e somos convictos que o espírito cooperativista de cada um é proveniente da ajuda dos mesmos.

Ciente do seu papel, a Cooperativa busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento regional e da comunidade local, fazendo com que tenha um número cada vez maior de pessoas beneficiadas em ser um cooperado. A CrediSIS CapitalCredi passou a ser uma instituição de 1.485 cooperados em 2023, crescendo 14,23%.

Temos também a responsabilidade no âmbito social, na qual somos apoiadores também de causas como: Leilão Direito de Viver, cujos recursos financeiros são destinados para o tratamento de pessoas com câncer no Hospital do Amor em Rio Branco, e contribuição para a organização sem fins lucrativos GMUVIN, que se dedica à promoção dos direitos sociais das mulheres. Acreditamos que é de suma importância que nosso trabalho seja pautado sob o sétimo princípio do cooperativismo: o interesse pela comunidade.

Agradecemos mais uma vez, a confiança de todos os cooperados, os esforços de cada um dos diretores e colaboradores. Estamos prontos para alcançar um futuro ainda mais promissor e cheio de realizações, temos profissionais capacitados, parceiros fortes e trilhamos nossa história com a base cooperativista.

Ozimar Barbosa Vieira
Presidente do Conselho de Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Aos cooperados e administradores da
CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.
Rio Branco – AC.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda. (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 2 de fevereiro de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S "AC"



Julio Cesar Dias
Contador - CRC 1SP322496/O-1 S "AC"

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	4	129.586	41.984	Depósitos	11	213.467.625	145.913.493
Instrumentos financeiros		275.153.657	211.594.702	Demais instrumentos financeiros		955.755	6.535.118
Títulos e valores mobiliários	5	8.156.339	3.490.574	Recursos de aceite e emissão de títulos	12	840.952	-
Relações interfinanceiras	6	168.486.496	97.707.275	Relações interfinanceiras	13	-	6.419.005
Relações interdependências	4	1.896.321	756.380	Outros passivos financeiros		114.803	116.113
Operações de crédito	7	96.564.143	109.634.121	Obrigações fiscais correntes	14	1.042.786	637.870
Outros ativos financeiros		50.358	6.352	Outros passivos	15	3.774.973	2.074.704
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(9.178.922)	(9.590.404)			219.241.139	155.161.185
Ativos fiscais correntes		5.383	4.863				
Outros ativos	9	80.986	321.941	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado de uso	10	3.385.182	1.696.310	Capital social		40.203.622	33.727.739
Intangível	10	46.775	30.049	Reservas de sobras		6.367.134	7.092.995
(-) Depreciações e amortizações	10	(1.005.091)	(760.106)	Sobras ou perdas acumuladas		2.805.661	7.357.420
						49.376.417	48.178.154
Total do ativo		268.617.556	203.339.339	Total do passivo e patrimônio líquido		268.617.556	203.339.339

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Nota	2023		2022
		2º semestre	Exercício	Exercício
Ingressos e receitas da intermediação financeira		22.514.151	45.022.502	31.575.146
Operações de crédito	18	12.739.631	27.992.490	25.690.540
Ingressos de depósitos intercooperativos	6	9.774.520	17.030.012	5.884.606
Dispêndios e despesas da intermediação financeira		(16.784.056)	(25.731.979)	(11.575.483)
Operações de captação no mercado	11	(12.550.311)	(22.405.208)	(11.090.406)
Operações de empréstimos e repasses	12	(36.354)	(116.322)	(443.624)
Dispêndios de depósitos intercooperativos		-	9.266	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8b	(4.197.391)	(3.219.715)	(41.453)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.730.095	19.290.523	19.999.663
Outros ingressos e receitas/dispêndios e despesas operacionais		(6.114.146)	(11.085.567)	(8.345.726)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	19	698.179	1.236.285	907.636
Rendas de tarifas	19	43.702	92.211	120.692
Dispêndios e despesas de pessoal	20	(3.965.380)	(7.014.261)	(4.935.822)
Outros dispêndios e despesas administrativas	21	(3.313.145)	(6.807.897)	(4.373.317)
Dispêndios e despesas tributárias		(6.514)	(40.317)	(33.448)
Outros ingressos e receitas operacionais	22	447.408	1.558.052	12.136
Outros dispêndios e despesas operacionais	23	(18.396)	(109.640)	(43.603)
Resultado operacional		(384.051)	8.204.956	11.653.937
Outras receitas e despesas	24	482	8.680	5.387
Sobras ou perdas antes da tributação e participações		(383.569)	8.213.636	11.659.324
Imposto de renda e contribuição social		-	(2.025)	(508)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		-	(1.027)	(244)
Contribuição social sobre atos não cooperados		-	(998)	(264)
Sobras/perdas antes dos juros ao capital		(383.569)	8.211.611	11.658.816
Juros ao capital	17	(2.595.821)	(5.046.843)	(3.002.118)
Sobras/perdas do período antes das destinações		(2.979.390)	3.164.768	8.656.698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Sobras do período antes dos juros ao capital	(383.569)	8.211.611	11.658.816
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	(383.569)	8.211.611	11.658.816

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Capital social		Reserva de sobras			Sobras acumuladas	Totais
	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva para contingência	Reserva de expansão		
Saldos em 1º de janeiro de 2022	16.826.911	(493.835)	5.171.477	294.345	567.952	5.486.517	27.853.367
Destinações das sobras do exercício anterior:							
Ao capital	5.227.106	-	-	-	-	(5.227.106)	-
Aumento de reservas	-	-	-	193.642	-	(193.642)	-
Sobras não pagas	-	-	-	-	-	(65.769)	(65.769)
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	11.509.988	278.663	-	-	-	-	11.788.651
Por devolução (-)	(2.315.961)	-	-	-	-	-	(2.315.961)
Sobras do período antes dos juros ao capital	-	-	-	-	-	11.658.816	11.658.816
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(3.002.118)	(3.002.118)
Juros sobre o capital próprio, líquido	2.694.867	-	-	-	-	-	2.694.867
Destinações das sobras do período:							
Reserva legal	-	-	865.579	-	-	(865.579)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(432.789)	(432.789)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(910)	(910)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	33.942.911	(215.172)	6.037.056	487.987	567.952	7.357.420	48.178.154

Continua...

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

...continuação

	<u>Capital social</u>		<u>Reserva de sobras</u>			<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Totais</u>
	<u>Capital subscrito</u>	<u>(-) Capital a realizar</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva para contingência</u>	<u>Reserva de expansão</u>		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	33.942.911	(215.172)	6.037.056	487.987	567.952	7.357.420	48.178.154
Destinações das sobras do exercício anterior:							
Ao capital	7.058.724	-	-	-	-	(7.058.724)	-
Aumento de reservas	-	-	-	259.674	-	(259.674)	-
Sobras não pagas	-	-	-	-	-	(23.808)	(23.808)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-	(15.214)	(15.214)
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	3.579.342	7.944	-	-	-	-	3.587.286
Por devolução (-)	(8.490.505)	(2.740)	-	-	-	-	(8.493.245)
Reclassificação de reservas voluntárias	-	-	-	(747.661)	(567.952)	-	(1.315.613)
Sobras do período antes dos juros ao capital	-	-	-	-	-	8.211.611	8.211.611
Utilização do FATES	-	-	-	-	-	139.872	139.872
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(5.046.843)	(5.046.843)
Juros sobre o capital próprio, líquido	4.323.118	-	-	-	-	-	4.323.118
Destinações das sobras do período:							
Reserva legal	-	-	330.078	-	-	(330.078)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(165.039)	(165.039)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(3.862)	(3.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.413.590	(209.968)	6.367.134	-	-	2.805.661	49.376.417

Continua...

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

...continuação

	Capital social		Reserva de sobras			Sobras acumuladas	Totais
	Capital subscrito	(-) Capital a realizar	Reserva legal	Reserva para contingência	Reserva de expansão		
Saldos em 1º de julho de 2023	41.104.716	(217.318)	6.037.056	747.661	567.952	6.144.158	54.384.225
Movimentação de capital:							
Por Subscrição/realização	773.310	(462.818)	-	-	-	-	310.492
Por devolução (-)	(5.787.554)	470.168	-	-	-	-	(5.317.386)
Reclassificação de reservas voluntárias	-	-	-	(747.661)	(567.952)	-	(1.315.613)
Perdas do período antes dos juros ao capital	-	-	-	-	-	(383.569)	(383.569)
Utilização do FATES	-	-	-	-	-	139.872	139.872
Remuneração de juros sobre o capital próprio:							
Provisão de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(2.595.821)	(2.595.821)
Juros sobre o capital próprio, líquido	4.323.118	-	-	-	-	-	4.323.118
Destinações das sobras do período:							
Reserva legal	-	-	330.078	-	-	(330.078)	-
FATES - Atos cooperativos	-	-	-	-	-	(165.039)	(165.039)
FATES - Atos não cooperativos	-	-	-	-	-	(3.862)	(3.862)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.413.590	(209.968)	6.367.134	-	-	2.805.661	49.376.417

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2023	2022
	2º semestre	Exercício
Sobras/perdas antes da tributação e participações	(383.569)	8.213.636
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.197.392	3.219.717
(Ganho)/perdas por baixas de imobilizado	-	-
Depreciações e amortizações	116.629	247.352
Sobras antes da tributação e participações ajustado	3.930.452	11.680.705
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Relações interfinanceiras	484.004	-
Operações de crédito	10.209.602	9.398.302
Outros ativos financeiros	1.774.381	(3.529)
Ativos fiscais correntes e diferidos	(70)	(520)
Outros ativos	489.286	240.955
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos	16.430.164	67.554.133
Recursos de aceite e emissão de títulos	840.952	840.952
Relações interfinanceiras	(6.922.567)	(6.419.005)
Outros passivos financeiros	(8.339)	(1.310)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	728.304	404.916
Outros passivos	(271.539)	(199.196)
FATES - Atos cooperativos	(165.039)	(165.039)
FATES - Atos não cooperativos	(3.863)	(3.863)
Imposto de renda	-	(1.027)
Contribuição social	-	(998)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	23.585.276	71.644.771
Atividades de investimentos		
Aumento em investimentos em cooperativas filiadadas	(2.534.172)	(4.665.765)
Aquisição de imobilizado de uso	(761.993)	(1.691.239)
Aquisição de intangível	(16.726)	(16.726)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(3.312.891)	(6.373.730)
Atividades de financiamentos		
Aumento por novos aportes de capital	310.492	3.587.287
Devolução de capital à cooperados	(5.317.387)	(8.493.246)
Sobras não pagas	-	(23.809)
Distribuição de sobras para associados	-	(15.213)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	(5.006.895)	(4.944.981)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	19.195.942	72.006.765
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	151.316.462	98.505.639
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	170.512.404	170.512.404
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	19.195.942	72.006.765

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CrediSIS CapitalCredi – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

1 Contexto operacional

A CrediSIS CapitalCredi Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Acre Ltda. (“Cooperativa”), fundada em 25 de agosto de 2002, é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza civil e sem fins lucrativos. Em relação ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, a mesma adquiriu personalidade na data de 12 de novembro de 2002, através do registro sob nº 05.439.425/0001-15.

A Cooperativa está sediada na Avenida Ceará, nº 3.637, bairro 7º BEC, em Rio Branco/AC e tem sua área de ação circunscrita ao Estado do Acre e ao município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas.

Tem por objetivo o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito, proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira que atenda às necessidades específicas dos cooperados, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens produzidos, além da formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 5.051/2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica. É filiada à CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 2 de fevereiro de 2024, as quais são de sua responsabilidade e foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BCB, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 00(R2), 01(R1), 02(R2), 03(R2), 04(R1), 05(R1), 10(R1), 23, 24, 25, 27, 33(R1), 41, 46 e 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta Cooperativa.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em períodos anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022 e 2023:

Instrução Normativa BCB nº 319, de 4 de novembro de 2022: a norma revogou a Carta Circular nº 3.429 de 11/2/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda. O impacto resumiu-se na análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento.

Resolução CMN nº 5.051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo único sobre práticas atribuíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n.º 4.966, de 25 de novembro de 2021: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2025, exceto para os itens citados na sessão anterior, cuja vigência teve início em 1º/1/2022.

A implementação da Resolução CMN Nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicados aos Instrumentos Financeiros é um projeto institucional, o qual será analisado e executado por integrantes das áreas de contabilidade, risco, compliance, supervisão, crédito e tecnologia do sistema CrediSIS com anuência do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 76. Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o sistema CrediSIS dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Cooperativa Central, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de

sistema e processos de trabalho às medidas apresentadas até 1º de janeiro de 2025, data em que a Resolução entrará em vigor. Considerando a data de implantação da citada resolução o Sistema CrediSIS revisou a estrutura para atender a norma e contratou a empresa de Consultoria BIP para a Implantação da Resolução CMN 4.966/21 e revisou o cronograma contendo as etapas até sua entrada em vigor, sendo:

- **Etapa 01 (2024):** Assessment e Plano de Projeto - Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios da Cooperativa Central e características contratuais dos fluxos de caixa.
- **Etapa 02 (2024):** Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Simplificado) - Considerando o enquadramento da instituição como S4, o modelo de impairment de ativos financeiros será realizado considerando o modelo simplificado aplicável para instituições enquadradas nos segmentos S4 e S5, conforme definição do Banco Central.
- **Etapa 03 (2024):** Sistemas - Desenho do mapa de referência de arquitetura de sistemas e produtos impactados pela resolução, referenciado pelas mudanças normativas (arquitetura de referência R4966) e disponibilização da versão de teste do sistema.
- **Etapa 04 (2024):** Conclusão dos testes do sistema pelas áreas de contabilidade, risco, supervisão e negócios.
- **Etapa 05 (2024):** Disponibilização da versão final do sistema de tecnologia.
- **Etapa 06 (2024):** Análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN No 4.966/21.

Os impactos completos serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 78 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoa jurídica em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela Cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados pelo órgão nos seguintes normativos:

- i) Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022: trata da estrutura do elenco de contas do Cosif;
- ii) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do Cosif; e
- iii) Resolução BCB nº 320, de 31 de maio de 2023: define o limite de níveis de agregação do elenco de contas do Cosif.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023: estabelece procedimentos contábeis sobre: a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

Não há outras normas a serem aplicadas em períodos futuros que a Cooperativa tenha avaliado impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

2.2 Continuidade dos negócios

A administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) **Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência. Sobre o resultado de eventuais operações realizadas com não cooperados (ato não cooperativo) são apurados e recolhidos os impostos devidos. Os resultados destas operações são levados à conta do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/1971.

b) **Estimativas contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para

contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos anualmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento e com risco insignificante de valor.

d) Títulos e valores mobiliários – participações em cooperativas

Participações em cooperativa, registrados pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela resolução CMN nº 4.817/2020.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.761/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

f) Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

g) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Sobre as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica e limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

h) Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 – Ativo imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários, identificáveis, controláveis e sem existência física, adquiridos e destinados para utilização da Cooperativa na manutenção de suas atividades e na geração de benefícios econômicos futuros. Estão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, e a amortização é reconhecida mensalmente, a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens ativos, revistas no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016.

j) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, o ativo intangível e os outros ativos não circulantes são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/2008, revogado pela Resolução CMN nº 4.924/2021, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

l) Relações interfinanceiras - passivo

São atualizadas pelos encargos contratados incorridos até a data do balanço.

m) Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer às instâncias superiores e a experiência histórica. As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de

provisões e passivos contingentes estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. A administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes.

o) Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante e estão sendo apresentados nas notas explicativas.

p) Impostos e contribuições

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita ao recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre os ingressos e receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

q) Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

s) Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	129.586	41.984
Relações interfinanceiras (nota 6)	168.486.496	97.707.275
Relações interdependências – numerários em trânsito	1.896.321	756.380
	170.512.403	98.505.639

As disponibilidades são classificadas como caixa e equivalentes a caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020.

5 Títulos e valores mobiliários

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda	8.156.339	3.490.574

Trata-se de participação na Central do Sistema CrediSIS. Até junho de 2022 estava contabilizado em investimentos e conforme a IN BCB nº 268/2022 passou a ser registrado dentro de Títulos e Valores Mobiliários.

A distribuição de sobras e juros ao capital recebida da Central do Sistema Credisys está registrada no grupo de “Outros ingressos e receitas operacionais” (nota 22).

6 Relações interfinanceiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Centralização financeira	<u>168.486.496</u>	<u>97.707.275</u>

Refere-se aos depósitos efetuados na centralização financeira da Credisis - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. determinado no artigo 24º da Resolução CMN nº 4.434/2015. Possui remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício rendimentos em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 17.030.012 (R\$ 5.884.606 em 2022).

7 Operações de crédito

a Composição da carteira de crédito por modalidade

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	72.751.416	6.825.146	79.576.562	76.586.719	7.252.089,00	83.838.808
Financiamentos	11.889.157	5.098.424	16.987.581	11.769.788	7.386.965	19.156.753
Financiamentos rurais	-	-	-	6.638.560	-	6.638.560
	<u>84.640.573</u>	<u>11.923.570</u>	<u>96.564.143</u>	<u>94.995.067</u>	<u>14.639.054</u>	<u>109.634.121</u>

Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos da intermediação financeira – operações de crédito (nota 18), rendimentos no montante de R\$ 27.992.490 (R\$ 25.690.540 em 2022).

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	31/12/2023			31/12/2022		
		Vencidas	Vincendas	Total	Vencidas	Vincendas	Total
A	0,5	-	33.004.767	33.004.767	-	30.813.297	30.813.297
B	1,0	188.560	39.801.009	39.989.569	-	33.357.256	33.357.256
C	3,0	56.698	11.394.805	11.451.503	27.593	29.682.228	29.709.821
D	10,0	16.527	3.764.128	3.780.655	6.957	5.360.232	5.367.190
E	30,0	43.931	436.077	480.008	10.219	3.846.527	3.856.746
F	50,0	-	270.904	270.904	-	36.873	36.873
G	70,0	22.011	46.753	68.764	-	-	-
H	100,0	3.304.021	4.213.952	7.517.973	565.557	5.927.381	6.492.938
		3.631.748	92.932.395	96.564.143	610.326	109.023.794	109.634.121

c Composição do não circulante por ano de vencimento

Ano	31/12/2023	31/12/2022
2024		11.856.603
2025	11.237.637	2.722.457
2026	685.933	59.994
	11.923.570	14.639.054

d Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023, os créditos baixados como prejuízo e registrados em conta de compensação montam R\$ 9.602.236 (R\$ 6.388.752 em 2022). Em 2023, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 417.713, substancialmente por meio de ações judiciais (R\$ 158.939 em 2022), registrados em ingressos de operações de crédito (nota 18).

8 (-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a Composição por tipo de operação

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(8.061.745)	(1.070.347)	(9.132.092)	(7.044.612)	(2.539.440)	(9.584.052)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(46.830)	-	(46.830)	(6.352)	-	(6.352)
	(8.108.575)	(1.070.347)	(9.178.922)	(7.050.964)	(2.539.440)	(9.590.404)

b Movimentação das provisões perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(9.590.404)	(11.200.211)
Créditos baixados para prejuízo	3.631.197	1.651.260
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito	(4.668.266)	(1.609.815)
Constituição da provisão para perdas em outros créditos	(46.830)	(6.352)
Reversão de provisão para operações de crédito	1.495.381	1.574.714
Saldo final	(9.178.922)	(9.590.404)

9 Outros ativos

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos e antecipações salariais	14.855	3.320
Adiantamentos por conta de imobilizações	7.203	-
Devedores diversos - País	470	210.116
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	53.554	82.133
Despesas antecipadas	4.904	26.372
	80.986	321.941

10 Imobilizado de uso, intangível, depreciações e amortizações

Descrição	Taxa anual de depreciação / amortização	31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso					
Móveis e equipamentos	De 4% a 20%	1.461.573	(552.274)	909.299	413.038
Veículos	20%	181.990	(156.908)	25.082	61.480
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	1.741.619	(268.097)	1.473.522	485.057
		3.385.182	(977.279)	2.407.903	959.575
Intangível					
Sistemas de processamento de dados	20%	46.775	(27.812)	18.963	6.678
		3.431.956	(1.005.091)	2.426.866	966.253

11 Depósitos

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à vista	45.986.295	37.589.381
Depósitos a prazo (i)	167.481.330	108.324.112
	213.467.625	145.913.493

- (i) Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI e podem ser contratados em prazos de vencimento variados. No exercício de 2023, foram registrados R\$ 22.405.208 (R\$ 11.090.406 em 2022) no resultado em operações de captação no mercado, substancialmente de depósito a prazo.

Os depósitos estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do fundo tiveram aprovação através da Resolução CMN nº 4.933/2021.

12 Recursos de aceite e emissão de títulos

Descrição	31/12/2023	
	Circulante	Não circulante
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	7.254	833.698
		840.952

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004), lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, registrados no resultado, no grupo de “Operações de captação no mercado”.

13 Relações interfinanceiras

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>
Repasses interfinanceiros	<u>6.419.005</u>

Recursos tomados forma de Depósitos Interfinanceiro Rural (DIR), tendo como garantia aplicações interfinanceiras de liquidez realizadas pela Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. Possuía remuneração média de 0,46% a.m. e vencimento final ocorrido em setembro/2023. No exercício de 2023, foram registrados em operações de empréstimos, cessões e repasses R\$ 116.322 (R\$ 443.624 em 2022).

14 Obrigações fiscais correntes

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Impostos e contribuições a recolher	1.042.786	637.783
Impostos e contribuições sobre lucros	-	87
	<u>1.042.786</u>	<u>637.870</u>

15 Outros passivos

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Sociais e estatutárias:		
Fundo de assistência técnica, educacional e social (i)	1.195.270	1.320.867
Fundos voluntários (ii)	1.315.612	-
Gratificações e participações a pagar	48.159	7.072
Sobras a distribuir	400	51.668
Quotas de capital a pagar	308.903	78.623
	<u>2.868.344</u>	<u>1.458.230</u>
Diversas:		
Provisão para pagamentos a efetuar	905.321	566.242
Credores diversos no País	1.308	50.232
	<u>906.629</u>	<u>616.474</u>
	<u>3.774.973</u>	<u>2.074.704</u>

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 17b).

(ii) Refere-se a reservas contabilizadas em 31 de dezembro de 2022 que foram reclassificadas para o passivo como fundos voluntários. Os fundos são compostos por:

a. Fundo de contingência

Tem como objeto reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, que sejam causadas por falhas tecnológicas, humanas, naturais ou técnicas, que possam resultar em ônus financeiros com impacto no patrimônio da Cooperativa, e em decorrência das situações: de questionamento no âmbito administrativo e/ou judicial por execução indevida de alguns processos que gerem indenização por danos

morais, e/ou quaisquer processos judiciais e fiscais; de circunstâncias que resultem em despesas extras ocasionadas pela operacionalização dos serviços prestados pela Cooperativa, como fraudes tecnológicas, invasões por hacker, falsificações, roubos e furtos; a necessidade de se normatizar a cobertura das despesas de danos patrimoniais e pecuniários, especificamente voltados para a cobertura de despesas extras previstas em qualquer movimentação informatizada ou operacionalizada por colaboradores, bem como a criação de mecanismos para o ressarcimento de tais despesas; em circunstância de catástrofes naturais; objeto de atos de vandalismo ou criminosos; e incêndios provocados por qualquer natureza. O Fundo de contingência será formado com recursos oriundos das sobras apuradas no exercício e, por sugestão do Conselho de Administração, será submetido à assembleia o percentual a ser aplicado sobre a sobra líquida do exercício para formação do Fundo.

b. Fundo de expansão

Tem como objeto promover o aumento de capital social, implantar novos postos de atendimento da Cooperativa e intercorrências referentes a estes em decorrência das situações: despesas na aquisição de móveis, equipamentos, reformas prediais e aluguel de espaço destinado ao posto de atendimento cooperativo; despesas ocasionadas pela locomoção, hospedagem e alimentação de colaboradores e diretores da CapitalCredi, cujo destino seja o posto de atendimento, visitas a novos cooperados e para a implantação de novos postos de atendimento; despesas eventuais de inauguração e comemoração de aniversário de implantação do posto de atendimento; e disponibilizar recursos para futuras operações de crédito dos novos postos de atendimento. O Fundo de expansão será formado com recursos oriundos das sobras apuradas no exercício definidos pela assembleia o percentual a ser aplicado sobre a sobra líquida do exercício para formação do Fundo.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais durante prazos prescricionais variados, conforme a legislação aplicável em cada circunstância, mas em geral cinco anos.

16 Passivos contingentes

No desenvolvimento de suas operações a Cooperativa está sujeita a certos riscos, representados por ações tributárias, cíveis e processos trabalhistas, que são discutidas nas esferas administrativa e judicial. A Cooperativa não possui processos que indicam perda provável ou possível em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

17 Patrimônio Líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 1.485 e 1.300 cooperados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas quotas-partes.

No exercício de 2023, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.587.286 (R\$ 11.788.651 em 2022), por meio de integralizações de capital dos associados, e o montante de R\$ 7.058.724 (5.227.106 em 2022), por meio de distribuição de sobras, e também ocorreram devoluções em 2023, no montante de R\$ 8.493.245 (R\$ 2.315.961 em 2022).

O capital social é de R\$ 40.203.622 e de R\$ 33.727.739 em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim dos exercícios de 2023 e de 2022, conforme Estatuto Social tiveram as seguintes destinações:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	8.211.611	11.658.816
Juros sobre o capital (i)	(5.046.843)	(3.002.118)
Reversão FATES	139.872	-
Destinações estatutárias:		
Reserva legal (ii)	(330.078)	(865.579)
FATES - Atos Cooperativos (iii)	(165.039)	(432.789)
FATES - Atos Não Cooperativos	(3.862)	(910)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	2.805.661	7.357.420

(i) Juros sobre o capital integralizado, limitado à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a serem propostos pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de janeiro de 2024, foram aprovados os juros ao capital nas contas dos cooperados. Adicionalmente, conforme determinado pela Carta Circular BCB nº 3.935/2019, os juros sobre o capital social das cooperativas pagos ou creditados aos seus associados foram registrados no resultado do exercício.

(ii) 10% para a reserva legal com a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;

(iii) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), com a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade (nota 14).

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas ou apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de março de 2023, foi aprovada a destinação das sobras acumuladas do exercício de 2022 para distribuição de sobras (R\$ 7.097.747) e R\$ 259.674 ao fundo de reserva de contingências.

18 Ingressos de operações de crédito

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de empréstimos	9.948.402	21.132.112	20.067.924
Rendas de financiamentos	1.953.887	3.799.959	3.039.793
Rendas de direitos creditórios descontados	631.547	2.041.879	1.549.256
Rendas de adiantamento a depositantes	112.544	334.777	524.767
Rendas de financiamentos rurais	83.886	266.050	349.861
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 8d)	9.365	417.713	158.939
	12.739.631	27.992.490	25.690.540

19 Ingressos e receitas de prestação de serviços e tarifas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rendas de outros serviços	494.459	838.552	508.543
Rendas de cobrança	203.720	397.733	399.093
Rendas de tarifas bancárias – PJ	23.751	50.738	64.965
Rendas de serviços prioritários – PF	19.951	41.473	55.727
	741.881	1.328.496	1.028.328

20 Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de pessoal - proventos	(1.896.682)	(3.299.258)	(2.442.287)
Despesas de pessoal - benefícios	(1.048.682)	(1.777.450)	(796.673)
Despesas de pessoal - encargos sociais	(672.381)	(1.218.421)	(943.622)
Despesas de honorários - Conselho Fiscal e Diretoria	(311.418)	(633.444)	(669.030)
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(33.804)	(82.629)	(84.210)
Despesas de remuneração de estagiários	(1.343)	(1.989)	-
Despesas de pessoal - treinamentos	(1.070)	(1.070)	-
	(3.965.380)	(7.014.261)	(4.935.822)

21 Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Rateio Despesas da Central (nota 25.1)	(1.208.050)	(3.318.869)	(1.800.367)
Aluguéis	(404.538)	(748.454)	(548.971)
Serviços do sistema financeiro	(355.304)	(594.507)	(383.861)
Transporte	(265.930)	(519.686)	(550.527)
Outras despesas administrativas	(346.634)	(457.336)	(154.642)
Serviços de terceiros e serviços técnicos especializados	(129.993)	(265.052)	(299.424)
Depreciações e amortizações	(116.629)	(247.352)	(218.160)
Manutenção, conservação de bens e material	(157.508)	(204.918)	(100.480)
Promoções e relações públicas, propaganda, publicidade e publicações	(100.697)	(106.603)	(120.895)
Água, energia e gás	(66.686)	(104.567)	(83.647)
Processamento de dados	(66.938)	(95.178)	(51.554)
Comunicações	(25.872)	(50.338)	(14.929)
Serviços de vigilância e segurança	(32.497)	(48.984)	(28.925)
Viagem no país	(26.031)	(26.031)	-
Seguros	(9.838)	(20.022)	(16.935)
	(3.313.145)	(6.807.897)	(4.373.317)

22 Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Distribuição de sobras central (i)	413.176	1.315.316	-
Recuperação de encargos e despesas	13.013	219.081	7.174
Outras rendas operacionais	21.173	23.167	4.264
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	46	488	698
	447.408	1.558.052	12.136

- (i) Refere-se a distribuição de sobras e juros ao capital recebida da Central do Sistema Credisys está registrada no grupo de "Outros ingressos e receitas operacionais" (nota 22).

23 Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2023		/2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de descontos concedidos em renegociações	(980)	(73.790)	(6.677)
Fundo de Contingência (nota 26.1)	(15.361)	(33.795)	(36.866)
Outras despesas operacionais	(2.055)	(2.055)	(60)
	(18.396)	(109.640)	(43.603)

24 Outras receitas e despesas

Descrição	2023		2022
	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas não operacionais			
Ganhos de capital	-	8.301	-
Outras rendas não operacionais	1.261	1.338	8.052
	<u>1.261</u>	<u>9.639</u>	<u>8.052</u>
Despesas não operacionais			
Perdas de capital	-	-	(1.000)
Outras despesas não operacionais	(779)	(959)	(1.665)
	<u>(779)</u>	<u>(959)</u>	<u>(2.665)</u>
	<u>482</u>	<u>8.680</u>	<u>5.387</u>

25 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2023.

26 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal). As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica, e são assim resumidas nos exercícios:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Principais saldos:		
Ativo		
Operações de crédito	2.543.263	3.071.862
Passivo		
Depósitos à vista e a prazo	10.126.778	6.117.708
Patrimônio líquido		
Capital social	1.882.942	1.626.846
Principais operações:		
Ingressos com operações de crédito	683.712	72.258
Dispêndio com captações	(1.159.538)	(337.675)
Benefícios:		
Honorários	152.348	229.631
Cédulas de presença	563.724	523.608

26.1 CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda.

A CREDISIS – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

CREDISIS - Central de Cooperativas de Crédito Ltda. (“Cooperativa Central”) tem por objetivos organizar em comum e em maior escala do capital e dos serviços econômico financeiro e assistências de interesse das associadas, supervisionando, integrando, orientando e auditando suas atividades; proporcionar através da mutualidade, assistência financeira às associadas, com a finalidade de fortalecer o Sistema CrediSIS; promover o aprimoramento técnico, capacitando os ocupantes de cargos estatutários, funcionários e corpo de associados; e representar suas associadas perante as autoridades monetárias, as instituições financeiras, os organismos governamentais, inclusive, para firmar convênios e contratos de interesse. A Cooperativa Central está sediada em Ji-Paraná-RO e tem sua área de ação nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rio Grande do Sul e Rondônia.

b Saldos das transações da Cooperativa com a CREDISIS CENTRAL – Central de Cooperativas de Crédito Ltda. nos exercícios:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Principais saldos:		
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	8.156.339	3.490.574
Relações interfinanceiras (nota 6)	168.486.497	97.707.275
Passivo circulante		
Relações interfinanceiras (nota 13)	-	6.419.005
Ingressos		
Ingressos com intermediação financeira (nota 6)	17.030.012	5.884.606
Dispêndios		
Operações de captação no mercado	(116.322)	(443.624)
Outros dispêndios e despesas administrativas (nota 21)	(3.318.869)	(1.800.367)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 23)	(33.795)	(36.866)

As operações são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas.

27 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência Simplificado (PRs5), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.606/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Patrimônio de referência (PR)	49.357.453	48.171.476
Ativo ponderado pelo risco (RWAS5)	122.798.621	107.176.980
Índice de Basileia	40,19%	44,95%

28 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

O Sistema CrediSIS atribui alta prioridade ao gerenciamento de riscos e capital em todas as suas atividades e operações. Para esse fim, mantém uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos na CrediSIS Central, cuja missão abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação de riscos tanto na Central quanto em suas filiais. Entre os principais riscos abordados estão o risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado, risco social, ambiental e climático (SAC), gestão de continuidade de negócios e a gestão de capital.

A estrutura de gerenciamento de riscos e capital é cuidadosamente alinhada com o modelo de negócios da organização, a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos, serviços, atividades e processos realizados. Isso é feito com o objetivo de garantir a solidez e a continuidade do Sistema CrediSIS ao longo do tempo.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o relatório completo da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa está disponível no site www.credisis.com.br, sob a seção "Sobre o CrediSIS/Gerenciamento de Riscos". De forma resumida, as principais áreas de gerenciamento de riscos são as seguintes:

a. Risco Operacional:

Este aspecto abrange a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos, pessoas, sistemas, aspectos legais e regulatórios, tanto de fontes internas quanto externas.

b. Risco de Crédito:

O gerenciamento de risco de crédito visa aprimorar os processos de concessão de crédito, melhorando a qualidade da carteira de crédito. Isso é feito por meio da identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de crédito, com o objetivo de antecipar potenciais perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras dos cooperados nos termos acordados.

c. Risco de Liquidez:

O gerenciamento do risco de liquidez foca na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de não ser capaz de cumprir os compromissos esperados e inesperados sem prejudicar as operações diárias ou incorrer em perdas, mantendo um alinhamento entre os fluxos de pagamento e recebimento.

d. Risco de Mercado:

Este aspecto envolve a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do impacto das variações nos valores de mercado dos instrumentos mantidos pelo Sistema CrediSIS em sua centralização financeira, de acordo com suas políticas.

e. Risco Social, Ambiental e Climático (SAC):

O gerenciamento de risco SAC se concentra na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das possíveis perdas decorrentes de violações de direitos coletivos, impactos

ambientais, uso inadequado de recursos naturais e mudanças climáticas causadas pelas ações das cooperativas do Sistema CrediSIS, seus cooperados, fornecedores e prestadores de serviço.

f. Risco de Conformidade:

O risco de conformidade envolve a possibilidade de não cumprimento de normas legais, regulatórias e éticas. A cooperativa adota medidas rigorosas para identificar, avaliar e mitigar tais riscos, assegurando que todas as operações estejam em conformidade com leis e regulamentos. Isso inclui a implementação de procedimentos de monitoramento, controle e uma cultura organizacional focada na conformidade. O objetivo é evitar sanções, preservar a reputação e manter a confiança de cooperados e partes interessadas, com relatórios transparentes demonstrando o compromisso com a conformidade.

g. Gestão de Continuidade do Negócio:

A política de Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) estabelece diretrizes, princípios e a estrutura necessária para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar eventuais perdas, interrupções em atividades críticas e eventos extraordinários. Isso garante a resposta adequada e a recuperação dos processos críticos, assegurando a continuidade das operações do Sistema CrediSIS.

h. Gerenciamento de Capital:

Com o objetivo de atender aos objetivos estratégicos do Sistema CrediSIS, a gestão de capital identifica, mensura, avalia, monitora, reporta, controla e mitiga continuamente as exposições a riscos esperados e inesperados, garantindo o cumprimento dos requisitos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal.

29 Seguros contratados

A administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Ozimar Barbosa Vieira
Presidente
CPF 172.004.581-04

Rodrigo Cassiano dos Santos
Contador CRC: RO009276/O-4
CPF: 851.693.312-15

Eleonildo Aparecido Paschoal
Diretor responsável pela área contábil
CPF 725.014.052-34

*** fim ***